

DA EXCLUSÃO À UNIVERSALIZAÇÃO: A SAÚDE PÚBLICA E A REFORMA PSIQUIÁTRICA NA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

Vitória H. C. Silva, Keila A. Carvalho.

¹ Universidade Federal Dos dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Faculdade Interdisciplinar de Humanidades, Diamantina, Minas Gerais, Brasil, 39100000.

² Universidade Federal Dos dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Faculdade Interdisciplinar de Humanidades, Diamantina, Minas Gerais, Brasil, 39100000.

*e-mail: Vitoria.hellen@ufvjm.edu.br

Este projeto de pesquisa investiga o processo de inserção da saúde no Brasil como pauta durante o processo de redemocratização, nos anos de 1980. Especificamente, analisa-se os debates que resultaram na criação do Sistema Único de Saúde (LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990) e na Reforma Psiquiátrica (LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001). Durante o regime civil-militar, o sistema de saúde era criticado por excluir grande parte da população e priorizar interesses privados. Com a redemocratização, houve uma mudança para um modelo de saúde pública universal e inclusivo. O estudo também examina o movimento da Reforma Psiquiátrica, que começou nos anos 1970 e se intensificou na década de 1980, propondo transformações na conduta adotada dos hospitais psiquiátricos. A pesquisa segue três linhas principais. Primeiramente, analisa o “Projeto Montes Claros”, um marco na inovação da saúde pública, que serviu de base para a Reforma Sanitária, um programa piloto implantado no Norte de Minas Gerais que serviu de base para a construção de um Sistema Único de Saúde. Em segundo lugar, investiga a história da saúde mental no Brasil, procurando compreender a formação dos hospitais psiquiátricos, mas sobretudo, o processo de formação da luta antimanicomial e, posteriormente, a desarticulação dos hospitais psiquiátricos. O objetivo principal da pesquisa é entender como os temas da universalização da saúde e da Reforma Psiquiátrica foram incluídos nos debates sobre a redemocratização do Brasil, culminando na criação do SUS e sua inclusão na Constituição de 1988. A metodologia adotada, baseada no conceito de “descrição densa” de Clifford Geertz, envolve a análise detalhada de fontes documentais, como os relatórios das Conferências Nacionais de Saúde (CNS), a revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, a Constituição de 1988, e também a legislação da Reforma Psiquiátrica (Lei Nº 10.216, de 6 de Abril de 2001) sempre considerando o contexto histórico da redemocratização. Dessa forma, o estudo busca compreender as mudanças profundas no tratamento da saúde pública e mental no Brasil nesse período, abordando as demandas por acesso universal aos serviços de saúde e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Agradecimentos: Agradecemos à CAPES pelo apoio financeiro ao nosso projeto de iniciação à pesquisa. Esse incentivo foi essencial para transformar ideias em descobertas, impulsionando nosso entusiasmo e dedicação à ciência.